

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.439 - SP (2020/0244208-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LUCIDALVA DOS SANTOS DOS REIS
ADVOGADOS : CLEYTON AKINORI ITO - SP332847
LUCIANO FERREIRA DE OLIVEIRA - SP268657
AGRAVADO : MUNICIPIO DE BEBEDOURO
PROCURADOR : IVO DE OLIVEIRA SILVA - SP321590

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por LUCIDALVA DOS SANTOS DOS REIS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim resumido:

APELAÇÃO ACIDENTE DE TRANSITO POR DIVERSAS VEZES ACONTECEM ACIDENTES DE TRÂNSITO ENVOLVENDO AUTOMÓVEIS MOTOCICLETAS E ATÉ MESMO BICICLETAS EM RAZÃO DA PRESENÇA DE DEFEITO NA VIA PÚBLICA NÃO É CRIVEI QUE OS CONDUTORES DOS REFERIDOS VEÍCULOS CAIAM PROPOSITAMENTE NO BURACO E VENHAM A SOFRER DANOS TANTO MATERIAIS QUANTO FÍSICOS A DEPENDER DU GRAVIDADE DO ACIDENTE ISSO PORQUE SE PRESSUPÕE QUE O PODER PÚBLICO REALIZA MANUTENÇÃO DAS VIAS DE TRÂNSITO AO MENOS PARA EVITAR QUE ACIDENTES CONTO O NARRADO NA INICIA! VENHAM A ACONTECER RAZÃO PELA QUAL NÃO SE HÁ DE FALAR EM CULPA DA VITIMA NEM CONCORRENTE TAMPOUCO EXCLUSIVA • DIANTE DOS DANOS FÍSICOS SOFRIDOS PETA AUTORA FAZ ELA JUS AO RECEBIMENTO DE UMA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL CUJA QUANTIFICAÇÃO DEVE PAUTARSE PELA RAZOABILIDADE ~ DE CONDENARSE O RÉU TAMBÉM AO RESSARCIMENTO DOS DANOS MATERIAIS QUE EFETIVAMENTE GUARDEM RELAÇÃO COM O ACIDENTE NA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL A CONDENAÇÃO EM MONTANTE INFERIOR AO POSTULADO NA INICIAL NÃO IMPLICA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA (SÚMULA N 326 DO STJ) — SENDO MÍNIMA A SUCUMBÊNCIA DE UMA DAS PARTES A OUTRA

RESPONDE PELA TOTALIDADE DAS VERBAS SUCUMBENCIAIS TENDO EM VISTA QUE O RÉU É FAZENDA PÚBLICA OS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E DE JUROS MORATÓRIAS SÃO AQUELES DEFINIDOS NO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N01495146MG RECURSO PROVIDO EM PARTE

Alega a recorrente violação do art. 944 do CC, além de dissídio jurisprudencial, defendendo a majoração do valor arbitrado pelo dano moral ocorrido, trazendo os seguintes argumentos:

Fazendo a análise do v. acórdão com a legislação e o paradigma é fácil constatar que 'a divergência persiste na fixação da quantia indenizatória. Isto porque o Acórdão recorrido fixou indenização no valor de R 10.000,00 (dez mil reais) aduzindo que "a Recorrente sofreu "trauma em sua face e diversas escoriações pelo corpo", mesmo diante da análise do Laudo pericial a fls. 168/186, cujo qual concluiu que "Há nexos de causalidade entre a perda auditiva à direita (anacusia) e o acidente narrado.

O dano é permanente, sem possibilidade de reversão". Noutro passo, o art. 944 do CC disciplina que a indenização se mede pela extensão do dano e o STJ ratifica tal dispositivo em caso idêntico onde ocorreu acidente com motociclista que colidiu com um buraco na via pública vindo a ficar sequelas permanentes, majorando a indenização para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Assim, o acórdão proferido que fixou a indenização no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a Recorrente que ficou com um dano permanente violação 'cristalina' dos Princípios da razoabilidade da proporcionalidade. Ou seja, fere os parâmetros para a avaliação do dano moral, os quais destacamos: a) extensão do dano - tal critério está previsto no artigo 944, do Código Civil; b) grau de culpa do lesante; c) punição e exemplaridade; d) culpa concorrente da vítima; e) situação econômica do ofensor e do ofendido; e f) proporcionalidade. No caso em concreto a extensão do dano restou comprovada no laudo pericial que concluiu que é permanente e sem possibilidade de reversão e o grau da culpa é gravíssimo pela omissão na conservação da via pública. Doutro modo, não houve culpa concorrente conforme reconhecido no acórdão, permanecendo a punição, contudo, sem exemplaridade e em dissonância com a potencial econômico do ofendido e a proporcionalidade na fixação. (fls. 286/287).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes

termos:

Documento: 118809819

Página 2 de 4

Sendo assim, diante dos danos físicos sofridos pela autora, faz ela jus ao recebimento de uma indenização por dano moral, cuja quantificação deve pautar-se pela razoabilidade, considerando-se o caráter repressivo de novas ofensas por parte do agressor e o caráter compensatório à vítima, tendo em vista ainda a condição socioeconômica das partes e as circunstâncias do caso sob exame. Sendo assim, de fixar-se a indenização em dez mil reais. (fl. 257)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte”. (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 8/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.672.112/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp 1.533.714/RN, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 28/8/2020; e AgInt no AREsp 1.533.913/RJ, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 31/8/2020.

Ademais, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Sobre o tema: “A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados e o acórdão recorrido”. (AgInt no AREsp 1.402.598/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 22/5/2019.)

Superior Tribunal de Justiça

E ainda: AgInt no AREsp 1.521.181/MT, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AgInt no REsp 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; e AgInt no AREsp 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente